

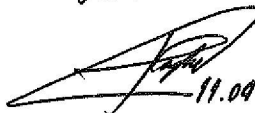


7.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Proposta de Relatório e Contas de 2023

Ponto 4
RC 11.04.2024

Recebido em RC

11.04.2024

A proposta de Relatório e Contas de 2023 da Câmara Municipal de Ílhavo é um instrumento de avaliação da ação da maioria Unir para Fazer (UpF), somado a tantos outros, que nos indica que o presente mandato autárquico está perdido, do ponto de vista do desenvolvimento estruturado do Município de Ílhavo.

No ano de 2023, a Câmara Municipal de Ílhavo encostou cerca de 8 milhões de euros da sua capacidade financeira. É este o resultado irrefutável da diferença entre a receita arrecadada, 41 milhões de Euros, e a despesa efetuada, 33 milhões de Euros. Por cada milhão de Euros de receita, a maioria UpF guardou no cofre 200 mil euros.

Ao desempenho recorde na captação de receita, resultante de dinâmicas sociais e económicas positivas, a que a maioria UpF é alheia, deveria ter correspondido um alívio da carga fiscal resultante de impostos municipais, através da diminuição da taxa de IMI para o mínimo legal, da participação variável no IRS para pelo menos 3%, e da aplicação de uma derrama diferenciadora.

E mesmo num contexto de redução da receita fiscal, mostram-nos os indicadores financeiros que o Município de Ílhavo teria uma capacidade financeira difícil de igualar, por comparação com anos anteriores, para investir na resolução de inúmeros problemas que se colocam à nossa comunidade.

A desilusão grassa na comunidade. Esperávamos mais, ainda que não identificássemos uma estratégia com cabeça, tronco e membros na lista de investimentos, mal explicada, mas propagandeada nas Grandes Opções do Plano, totalizando uns alucinados 27 milhões de Euros de investimento – sendo que desses, 15 milhões não tinham financiamento previsto. A taxa de execução do plano de ações e investimentos demonstra mais um recorde negativo: apenas 60%. Significa isto que quase metade do que a maioria UpF se propôs fazer em 2023 não saiu da gaveta. E não: esta letargia não encontra explicação no suposto atraso na concretização da requalificação das escolas e dos centros de saúde, com financiamento garantido pelo Governo anterior – com 3





Partido Socialista de Ílhavo

milhões de Euros de obra executada em 2023 demagógicamente prometidos pela maioria UpF.

A verdade é que a avaliação do Relatório e Contas de 2023, a cerca de 18 meses do final deste mandato, nos continua a mostrar que o concelho de Ílhavo está cristalizado no contexto das opções estratégicas definidas pela maioria anterior. E quando Ílhavo pára, anda para trás.

Andamos para trás, porque a maioria UpF se demitiu de diversificar a tipologia dos apoios sociais às famílias com menos poder de compra; recusou aumentar os montantes investidos nos acordos de cooperação com as associações e as IPSS; não incrementou a descentralização de competências para as juntas de freguesia e por essa via aumentar os montantes financeiros investidos; fugiu à implementação de medidas de incentivo ao consumo no comércio local.

Andámos para trás no ordenamento do território. Ficou por fazer o estudo estratégico para o Centro da Gafanha da Nazaré; a requalificação de vias estruturantes como a Rua do Sul, na Gafanha de Aquém, ou a Rua da Ria Mar, na Barra; a criação de alternativas rodoviárias que aliviem o trânsito no centro de Ílhavo como a ligação complementar Ílhavo – Aveiro ou a circular nas Cancelas; a concretização do Plano de Pormenor do Museu.

Andámos para trás na educação. Ficou por concretizar a construção da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e do Jardim de Infância Gafanha da Encarnação – Norte; ficou por incrementar a oferta de vagas em creche, para corresponder à crescente procura.

Andámos para trás na habitação. Não se implementou uma única solução habitacional das que estão previstas na Estratégia Local de Habitação. Também não se fez a tão necessária revisão daquele documento para encontrar respostas para as crescentes dificuldades de acesso a habitação digna, a preços comportáveis, por parte das classes médias. Não vislumbramos a concretização do compromisso eleitoral de “combate à desertificação do centro da sede do Município, tomando medidas de incentivo ao retorno das famílias e empresas, nomeadamente através de bolsas de apoio ao pagamento de rendas”.





Andámos para trás na economia. Não passou do papel a intenção de criar uma nova via de acesso à Zona Industrial das Ervosas ou de criação de medidas de incentivo ao consumo no comércio local. Não detetamos a realização do compromisso eleitoral de criação de programas de estágio, para a rápida integração dos alunos no mercado de trabalho ou nas organizações locais, em estreita colaboração com a comunidade educativa, as empresas e o associativismo.

Andámos para trás na valorização ambiental. Continuamos sem saber que intenção é essa de criar um posto náutico na Barquinha. E os passadiços nas praias mereceram um décimo do investimento preconizado no plano inicial. Não verificamos a concretização do compromisso eleitoral de “que o princípio da discriminação positiva de todos aqueles que fazem a separação dos recicláveis, praticam a compostagem, constroem edifícios eco eficientes ou instalam posteriormente soluções de melhoria na utilização dos recursos, deve ser materializado com vantagens que se traduzam economicamente nos agregados familiares.”

Andámos para trás na harmonia institucional entre a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e as associações. Não está respeitado o compromisso eleitoral de estabelecimento de parcerias mais ambiciosas e numa perspetiva plurianual para o reforço da autonomia das juntas e das associações.

Em resumo, o Relatório e Contas de 2023 demonstra que o Plano e Orçamento para 2023 era um mero instrumento de propaganda, a par com o compromisso eleitoral do UpF, à imagem e semelhança dos movimentos populistas que prometem tudo a todos, com o único objetivo de obtenção de votos. Continua o desperdício da capacidade financeira da Câmara para enxergar o que pode e deve ser feito para melhorar a sua capacidade de intervir positivamente na vida dos que aqui vivem, trabalham e nos visitam.

A capacidade orçamental da Câmara permitia ao Executivo Municipal fazer mais, mas a maioria UPF não quis ou não soube. Já se sabe que não será concretizada a mudança que os eleitores expressaram querer no dia 26 de setembro de 2021.

Se os efeitos da governação da Maioria UpF estão claros, são evidentemente negativos e merecem censura política, no que toca ao exercício contabilístico de registo da



Partido Socialista de Ílhavo

realidade financeira da autarquia, cumpre ao Vereador eleito pelo PS declarar que, não havendo evidência, dentro daquilo que nos é permitido escrutinar, de divergência da documentação face ao exercício, não se coloca qualquer objeção ao que nela consta. Portanto, confiando naturalmente na fiabilidade técnica da proposta, mas não podendo subscrever as opções políticas subjacentes ao Relatório e Contas de 2023, opto pela abstenção.

Ílhavo, 11 de abril de 2024

O Vereador eleito pelo Partido Socialista,

